



EIXO 3: POLÍTICAS CURRICULARES, AVALIAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ÂMBITO LOCAL, NACIONAL, REGIONAL E GLOBAL

OS INDICADORES DE MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DO TRABALHO DOCENTE NO DISTRITO FEDERAL NO CENÁRIO PÓS-PANDÊMICO.

Charlene de Oliveira Rodrigues

SEEDF

professora.charlene.rodrigues@gmail.com

Carlos André Nunes Lopes

UnB

andreloppes2@gmail.com

Lais Valeriano Nunes

IFB

laisvaleriano@gmail.com

Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva

UnB

katiacurado@unb.br

Resumo

Este trabalho investiga as condições de oferta da educação básica e do trabalho docente no Distrito Federal (DF), no contexto pós-pandêmico, propondo a construção de indicadores críticos de monitoramento das políticas públicas educacionais. A pandemia de Covid-19 intensificou desigualdades estruturais e expôs a precarização do trabalho docente, revelando a urgência de mecanismos de avaliação e monitoramento que considerem as condições reais das escolas e dos sujeitos que compõem a comunidade escolar. Vinculada à linha de pesquisa "Pedagogia, Profissão Docente, Currículo e Avaliação" da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), e ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Políticas públicas e profissão docente (INCT), e ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos (Gepfape/UnB), a pesquisa propõe a análise e a construção de conjunto de indicadores que articulem dimensões materiais, pedagógicas e políticas da realidade escolar. A questão que norteia a investigação é: Como o monitoramento crítico das políticas educacionais, por meio de indicadores, pode fortalecer a práxis docente e contribuir para a transformação das condições de oferta da educação básica e do trabalho docente no DF, no contexto pós-pandêmico? Essa indagação surge da constatação de que os instrumentos



hegemônicos de avaliação e monitoramento educacional, marcadamente quantitativos e tecnocráticos, têm se mostrado insuficientes para enfrentar as desigualdades educacionais e promover condições dignas de trabalho e aprendizagem. Ancorado no método materialista histórico-dialético, o estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica, análise documental e coleta de dados empíricos, incluindo questionários e entrevistas com docentes da rede pública. O referencial teórico dialoga com autores como Freitas (1995; 1998), Gamboa (2008), Silva (2019), Oliveira (2020), Vygotsky (2001), Gramsci (1995) e Marx & Engels (2020), que contribuem para a compreensão da práxis docente como unidade entre teoria e prática, e da escola como espaço de formação humana integral. O objetivo geral é desenvolver indicadores para o monitoramento crítico das políticas públicas de educação no DF, a partir da análise concreta das condições de oferta da educação básica e do trabalho docente. Os objetivos específicos incluem: (a) mapear e sistematizar dados disponíveis em bases como o Censo Escolar, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e em pesquisas recentes como "As condições de oferta da Educação Básica em quatro estados do Nordeste" (INCT/2021); (b) construir indicadores que reflitam criticamente as condições materiais e pedagógicas das escolas; (c) disponibilizar os resultados em plataforma pública com visualização acessível; e (d) analisar as implicações desses indicadores para a práxis docente. A proposta parte da compreensão de que a avaliação e o monitoramento devem ser instrumentos de transformação e não de controle (Freitas, 1995). Nesse sentido, os indicadores a serem construídos buscarão romper com lógicas avaliativas padronizadas e descontextualizadas, integrando variáveis que contemplem a diversidade dos territórios e as especificidades das comunidades escolares. A plataforma que será desenvolvida com esses indicadores pretende funcionar como ferramenta de participação social e de formação docente, promovendo reflexão crítica sobre as condições reais de trabalho e ensino. Ao articular dados educacionais com as experiências dos sujeitos escolares, a pesquisa busca fortalecer a práxis docente e reconhecer o papel dos(as) professores(as) e gestores(as) como protagonistas na construção de uma educação pública de qualidade social. A pandemia escancarou as fragilidades do sistema educacional, mas também reafirmou a



importância da escola como espaço de resistência e a necessidade de políticas que valorizem o trabalho docente em sua complexidade. A construção de indicadores orientados por categorias críticas é condição fundamental para compreender as determinações estruturais que incidem sobre a escola, superando visões fragmentadas e funcionais da avaliação institucional. Como aponta Gamboa (2008), é necessário desenvolver instrumentos que problematizem os efeitos das políticas públicas sobre a realidade escolar, a partir de um olhar comprometido com a equidade e a justiça social. Alinhada ao Eixo 3 da Redestrado, ou seja, “Políticas curriculares, avaliação e trabalho docente no âmbito local, nacional, regional e global”, esta investigação insere-se nos debates sobre políticas curriculares, avaliação e trabalho docente em diferentes escalas. Ao analisar criticamente os impactos das políticas públicas no nível local (DF), a pesquisa também dialoga com tendências regionais, nacionais e globais de padronização educacional, contribuindo para o debate sobre alternativas avaliativas baseadas na escuta, na participação e na reflexão coletiva.

Palavras-chave: Condições de oferta da Educação básica e do Trabalho Docente; Indicadores de monitoramento das Políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/htm. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL/CNE. Parecer CNE/CP 009/2001. Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em curso de nível superior. Brasília. Maio/2001. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/cne> Acesso em: jun. 2001.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CURADO, K.; DOURADO, L. F. (Orgs.). Avaliação educacional: desafios, limites e perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2008. p. 39-55.:



DOURADO, Luiz Fernandes. Planos de educação e federalismo: desafios à construção de uma política nacional de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1155-1177, 2010.

FREITAS, Luís Carlos de. **Crítica da organização do Trabalho pedagógico e da didática**. São Paulo: Papirus. 1995.

FREITAS, Luiz Carlos de. A avaliação como instrumento de exclusão. In: SOUSA, Sandra S.; OLIVEIRA, Dalila Andrade (orgs.). **Avaliação: construindo o diálogo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1995. p. 29-42.

FREITAS, Luís Carlos de. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, Nilda (Org.). **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 1998.

GRAMSCI, A.. Cadernos do cárcere: Maquiavel, a política e o Estado moderno. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GAMBOA, S. de A. L. Indicadores educacionais: interfaces entre o social e o técnico. In: CURADO, K.; DOURADO, L. F. (Orgs.). **Avaliação educacional: desafios, limites e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2008. p. 39-55.

GATTI, Bernadete A. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE (GESTRADO). **As condições de oferta da Educação Básica pública em quatro estados do Nordeste do Brasil**. 2021. Disponível em: <https://gestrado.net.br/retrospectiva-gestrado-ufmg-2021/>. Acesso em: 15 abril. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **História, natureza, trabalho e educação**. Organização: Gaudêncio Frigotto; Maria Ciavatta; Roseli Salete Caldart. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 311.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: a constituição da "nova pedagogia da hegemonia". In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Maria Elizabete Sampaio (orgs.). **Políticas educacionais e trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 135-153.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Trabalho docente no Brasil pós-pandêmico: qual o destino dos recursos públicos? Teaching in post-pandemic Brazil: what is the destination of public resources? El trabajo docente en el Brasil postpandemia: ¿cuál será el destino de los recursos públicos? **Revista Diálogo Educacional**, v. 15, n. 33, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22420/rde.v15i33.1362>. Acesso em: 3 mai. 2025.

SANCHES, Wilson. **Sociologia**. Sérgio de Goes Barboza, Katja Junqueira Bohmann, Pedro Fernandes Leite da Luz, Carla Craice da Silva. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2014. 184 p.



SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro Silva. **Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítica emancipadora**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro Silva. **A Política Educacional do Distrito Federal: Entre concepções e práticas**. Brasília: Liber Livro, 2019.

SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro Silva. **Professores com formação stricto sensu e o desenvolvimento da pesquisa na educação básica da rede pública de Goiânia: realidade, entraves e possibilidades**. 2008. 292f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro Silva. A formação de professores na perspectiva crítico emancipadora. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 32, p. 13-31, jan./abr. 2011.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.